



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 1 de abril de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Dólar em baixa deixa PIM em estado de alerta CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Explicações POLITICA	2
JORNAL DO COMMERCIO Amazonas ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO LINHAS CRUZADAS OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Tributos ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Março ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Manaus ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Relação com o PIB BRASIL & MUNDO	9
A CRITICA EMPREGO ECONOMIA	10
A CRITICA Pedido de intervenção ministerial na Suframa ECONOMIA	11
A CRITICA CADASTRO COMPARTILHADO ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO Zona Franca OPINIÃO	13
AMAZONAS EM TEMPO Terminal pesqueiro é inútil' ECONOMIA	14
AMAZONAS EM TEMPO Terminal pesqueiro é inútil' (continuação) ECONOMIA	15
AMAZONAS EM TEMPO Condutores de rotas do DI pedem reajuste de 10% ECONOMIA	16
AMAZONAS EM TEMPO Amazonas discute incentivos no Confaz ECONOMIA	17
DIÁRIO DO AMAZONAS CONTRATO FUCAPI CAPA	18
DIÁRIO DO AMAZONAS Suframa contesta acusações do MPF AMAZONAS	19

Dólar em baixa deixa PIM em estado de alerta

Embora reduza os custos da indústria ao tornar mais baratos os insumos importados, o câmbio apreciado também fortalece a concorrência dos similares estrangeiros

POR LUANA GOMES

As oscilações no câmbio estão pondo em xeque os custos do PIM. O dólar teve queda de 1,51% na última quarta-feira, sendo cotado a R\$ 1,629, o menor valor desde 27 de agosto de 2008 (R\$ 1,622). Nem mesmo a alta de 0,12% na cotação da moeda americana nesta quinta-feira,

31 (R\$ 1,631), disfarçou os 'fios brancos' da indústria.

O economista e auditor fiscal da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda), Afonso Lobo, ressalta que o dólar baixo deve facilitar a produção das empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), tendo em vista que os insumos ficam mais baratos, o que resulta no aumento da competitividade. "O custo do produto diminui, consequentemente, o preço final também", destacou.

Entretanto, segundo o presidente do Sinaees/AM (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Wilson Périco, a disputa com os produtos importados, principais concorrentes dos itens da ZFM (Zona Franca de Manaus), fica mais acirrada, já que eles também sofrem uma redução na sua tabela de preços.

Página A7

Explicações

Deputado quer UEA e Muraki na ALE

José Ricardo apresentou requerimento convocando os representantes da Fundação Muraki e da Universidade do Estado do Amazonas ao Plenário

O deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) apresentou nesta quinta-feira, na ALE (Assembleia Legislativa do Estado), requerimento convocando os representantes da Fundação Muraki e da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) para explicar suposto esquema de desvios de recursos públicos, que totalizam cerca de R\$ 50 milhões, por meio de contratos publicitários envolvendo as duas instituições, bem como as empresas Jobast Produções Cinematográficas e o Sistema de Comunicação Sol, essa última suspeita de funcionar ape-

nas "de fachada".

Nessa quarta-feira (30), a Polícia Federal dellagrou a "Operação Sol Dourado", para cumprir seis mandados de busca e apreensão nos escritórios da Jobast, da Fundação Muraki e do Sistema de Comunicação Sol. Desses locais, foram apreendidas 18 notas fiscais, supostamente frias, que podem ter sido usadas para "esquentar" a contabilidade da Jobast, empresa que tem como principal cliente o Governo do Estado. "A princípio, estamos convocando esses representantes para esclarecerem essas denúncias. Se a Polícia Federal fez apreensões, é porque já existe uma investigação com indícios de irregularidades. E, caso não haja um esclarecimento satisfatório, esta Casa deve fazer uma investigação, por meio de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que tem instrumentos necessários para esclarecer esses fatos". Ele também citou outros dois casos que clamam por investigação e ações efetivas e de fiscalização por parte do poder público: R\$ 80 milhões



Foto: Divulgação/ALE

O deputado José Ricardo declarou que se os suspeitos não se explicarem, a ALE deve instalar CPI

possivelmente desviados por 15 construtoras da cidade, devido a pendências relacionadas à compra e venda de imóveis, resultando na dellagração da "Operação Pirâmide", da Delegacia da Receita Federal; e suposta má aplicação de recursos

públicos, por conta de contratos entre a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e a Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação). "Não podemos ficar omissos diante de casos de desvio de recursos".

Amazonas

Indústria e construção civil lideraram na absorção de aprendizes

Setores ajudaram a impulsionar os números do Estado em 2010 (2.411), que avançou 14,81% sobre 2009 (2.100), conforme a SRTE/AM

Por EDVAN FLEURY

Em 2010, mais de 2.400 jovens aprendizes foram inseridos no mercado de trabalho no Amazonas. Segundo o superintendente da SRTE/AM (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Amazonas), Alcino Vieira dos Santos, a maior parte dos jovens foi aproveitada por empresas ligadas ao PIM (Polo Industrial de Manaus) e também para a construção civil.

O número de contratações de jovens aprendizes em 2010 superou o de 2009. No ano passado, foram exatos 2.411 jovens entre 18 e 24 anos empregados, enquanto que no ano anterior o número fechou em um pouco mais de 2.100 contratações. Uma diferença de quase 13% no volume de novas vagas preenchidas.

Dentre os meses com melhor desempenho no ano está julho, com 390 contratações, seguido por setembro e junho, com 349 e 276 jovens empregados. Conforme registro no MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), janeiro e fevereiro foram os perí-

odos com menor volume de contratos, com 92 e 18 pessoas empregadas.

A lei 8.036/1990, que regulamenta a atividade, afirma que é considerado jovem aprendiz aquele contratado diretamente pelo empregador ou por intermédio de entidades sem fins lucrativos. É necessário que o aprendiz esteja matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o ensino fundamental e esteja inscrito em curso ou programa de aprendizagem desenvolvido por instituições de ensino.

A lei delimita ainda que estabelecimentos de qualquer natureza, com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, são obrigados a contratar como aprendizes entre 5% e 15% do total de trabalhadores do estabelecimento e matriculá-los nos serviços nacionais de aprendizagem ou nas escolas técnicas ou, ainda, em entidades sem fins lucrativos voltadas à educação profissional.

Deficientes físicos

Enquanto houve um salto na absorção de mão de

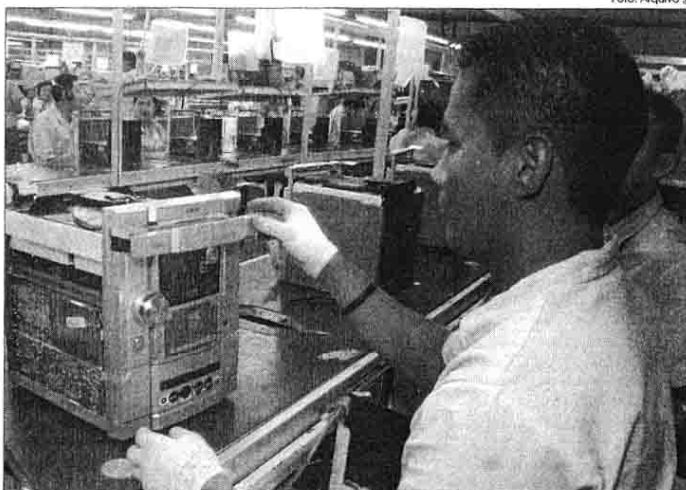


Foto: Arquivo JRE

Julho foi o mês com o melhor desempenho em 2010, com 390 contratações

obra aprendiz, o mesmo não ocorreu com as pes-

Lei 8.036/1990, que regulamenta a atividade, afirma que é considerado jovem aprendiz aquele contratado diretamente pelo empregador ou por entidade sem fins lucrativos

soas com deficiência física. Em 2009, foram contrata-

dos 817 trabalhadores com algum tipo de deficiência,

total de 812 profissionais.

Este número poderia ser maior se não fosse pelo velho problema da falta de qualificação profissional. Uma das justificativas para esta questão é que o mercado de trabalho exige pessoas com conhecimentos específicos para certas áreas, conforme avaliou o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Gaitano Antonaccio.

“Deveria haver um maior incremento na parceria entre órgãos públicos e entidades para oferecer mais treinamentos entre as pessoas com deficiência. Elas podem ser até mais capazes de desempenhar certas atividades do que pessoas sem nenhum tipo de deficiência, porém falta preparação”, opinou.

Em abril, está prevista a criação de um dos primeiros sistemas de cadastro de portadores de deficiência no Brasil. O sistema será instalado na própria SRTE/AM e, com isto, o Amazonas será o Estado pioneiro nesta iniciativa. Uma das principais contribuições deste tipo de sistema será facilitar o acesso das empresas aos candidatos com deficiência física, visto que as empresas, a partir de 200 empregos, devem ter ao menos 2% de suas vagas preenchidas com deficientes físicos.

Economia

Editor Responsável:
Marco Dassori

mdassori@cam.com.br
telefone: (92) 2101.5526
fax: (92) 2101.5525

LINHAS CRUZADAS

ESCÂNDALO

Deputado Francisco Praciano (PT) anuncia audiência para a próxima semana com o ministro do Planejamento para abordar escândalos que estão atingindo a Suframa. O petista diz que a agência está mergulhada num oceano de corrupção e que os seus gestores perderam as condições para dirigir um órgão tão importante.

Follow-Up



EMPRESARIAL

Convergência científica

Assim como a biologia e a medicina estão se beneficiando de avanços na informática e na engenharia, as ciências físicas estão usando modelos biológicos. Isto sugere novo enfoque para a pesquisa científica, denominado de "convergência científica", que tem potencial para permitir avanços revolucionários na biomedicina e em outras áreas da ciência. A proposta foi defendida por um grupo de 12 pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology), EUA, durante um fórum organizado pela Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS). Segundo os pesquisadores, a tendência da convergência - que envolve a fusão das ciências da vida, física e engenharia - pode promover as inovações necessárias para atender, por exemplo, à crescente demanda por cuidados de saúde acessíveis, com preços acessíveis.

"A convergência é um repensar amplo na forma como toda a investigação científica pode ser realizada, para que possamos capitalizar uma série de bases de conhecimento, da microbiologia à informática, passando pelos projetos de engenharia," afirmou Phillip Sharp, Nobel de Biologia em 1993 e um dos autores da proposta. "Ela envolve a colaboração entre grupos de pesquisa, mas, mais profundamente, a integração das abordagens disciplinares que eram originalmente vistas como separadas e distintas. Esta fusão de tecnologias, processos e dispositivos em um todo unificado irá criar novos caminhos e novas oportunidades para o avanço científico e tecnológico", completou Sharp.

Terceira Revolução

Sharp e os outros autores do artigo afirmam que a convergência tem potencial para criar uma "Terceira Revolução" na área da biomedicina, que poderá ser tão profunda quanto as duas revoluções das ciências da vida que a precederam: as descobertas que acompanharam o desenvolvimento da biologia molecular e celular e o sequenciamento do genoma humano, que tornou possível identificar as bases genéticas de muitas doenças. A convergência também fornece as bases para lidar com os desafios médicos e de saúde do futuro, que só irão aumentar com a maior longevidade da população, quando doenças como o Alzheimer irão se tornar mais comuns. O relatório, "A Terceira Revolução: A Convergência das Ciências da Vida, Ciências Físicas e Engenharia", destaca o impacto que a convergência já está tendo em vários campos. Assim como avanços na tecnologia da informação, de materiais, imagens, nanotecnologia e áreas afins

- estão com avanços em modelagem computacional e simulações - transformam as ciências físicas, da mesma forma eles estão operando a transformar as ciências da vida.

Os resultados são novos campos de pesquisas relacionadas à biologia, tais como a bioengenharia, biologia computacional, biologia sintética e engenharia de tecidos. Ao mesmo tempo, modelos biológicos, voltados ao entendimento de sistemas auto-organizados complexos, já estão transformando a engenharia e as ciências físicas, tornando possíveis avanços na área de biocombustíveis, automontagem viral e muito mais. O texto dá ênfase especial à biomedicina, um campo que já está sendo transformado pela convergência. Por exemplo, os cientistas estão usando nanopartículas para transportar e liberar drogas anticâncer diretamente nas células cancerosas, para desenvolver medicamentos que combatem doenças sem danificar os tecidos e as células saudáveis, e para melhorar os modelos preditivos das doenças. O relatório afirma que o sucesso do modelo de convergência científica depende de um apoio financeiro adequado e de incentivos a pesquisas que cruzam as fronteiras das áreas tradicionais de pesquisa.

Entre outras recomendações o relatório sugere o estabelecimento de um "ecossistema de convergência", que poderia criar conexões entre as agências de financiamento, a reforma do processo de revisão por pares para dar apoio a financiamentos interdisciplinares, e a formação e apoio a uma nova geração de cientistas da convergência. São passos extremamente importantes para alavancar o desenvolvimento de setores estratégicos para o bem-estar da humanidade.

Se o Brasil quiser integrar o grupo de nações que vai participar dessa nova revolução, é essencial promover o desenvolvimento da área das ciências exatas em todos os segmentos do sistema educacional, desde a pré-escola. Desenvolver nas crianças a curiosidade em relação às ciências físicas e biológicas é o primeiro passo. Para que a ZFM possa fazer parte desse "admirável mundo novo", é importante responder à seguinte pergunta: qual é a estratégia para o desenvolvimento científico do estado do Amazonas, e em particular da ZFM, nos próximos vinte anos, que está sendo planejado pelo governo? Trata-se de uma área essencial para que este estado possa ingressar na sociedade do conhecimento que caracteriza o século 21.

Fundação Nokia

A Fundação Nokia de Ensino representante do Amazonas na Febrace 2011 - Feira Brasileira de Ciências e Engenharia - conquistou medalhas de ouro, prata e várias "Menções Honrosas". O projeto ARVO - Automatic Recycling Vegetable Oil conquistou a medalha de ouro na categoria Engenharia - Eletrônica, melhor relatório de projeto em 2011 e com "Menção Honrosa" pela Unesco. Recebeu ainda o credenciamento para participar de duas feiras, sendo uma internacional e outra nacional: Mostratec, competição internacional realizada em Los Angeles, Califórnia, no período 08 a 13 de maio de 2011, orga-

Tributos

Prefeitura concede incentivo de ISSQN para a indústria gráfica

As indústrias gráficas do PIM (Polo Industrial de Manaus) já podem ‘respirar’ um pouco mais aliviadas a partir deste ano. Por meio do decreto municipal 799/2011, publicado na última quinta-feira, 24, a Prefeitura de Manaus normatizou a cobrança do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) para atividades de composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia.

O benefício foi anunciado em dezembro do ano passado pelo titular da Semef (Secretaria Municipal de Finanças e Controle In-

terno), Alfredo Paes, quando este participou da última

Empresas devem estar dentro das normas do PPB e precisam requerer um parecer técnico junto à Semef manifestando pela não incidência do imposto

reunião de 2010 do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Estado do

Amazonas). “Estamos cumprindo uma promessa do Executivo municipal feita diante um anseio da classe industrial”, destacou Paes.

De acordo com o decreto publicado no Diário Oficial do Município, as indústrias precisam requerer um parecer técnico junto à Semef manifestando pela não incidência do tributo. As empresas devem estar dentro das normas do PPB (Processo Produtivo Básico) e ter projeto técnico aprovado conjuntamente pelo Codam e CAS (Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Março

Confiança da indústria recua pela terceira vez no ano

Indicador da Fundação Getúlio Vargas caiu 0,1% em relação a março, atingindo 112,4 pontos, o patamar mais baixo registrado desde novembro de 2009

O ICI (Índice de Confiança da Indústria) recuou 0,1% em março ante fevereiro, nos dados com ajuste sazonal, atingindo 112,4 pontos. Essa foi a terceira redução consecutiva do índice, que atingiu o patamar mais baixo desde novembro de 2009 (109,6 pontos), segundo a pesquisa

divulgada ontem pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Entre fevereiro e março, o ISA (Índice da Situação Atual) subiu 0,8%, passando para 113,0, após ficar estável por dois meses consecutivos. Já o IE (Índice de Expectativas) recuou 1,0%, para 111,7 pontos.

Ambiente de negócios

O quesito que mede o grau de satisfação com o ambiente dos negócios foi a maior influência para o aumento do ISA. A proporção de empresas que consideram a situação dos negócios como boa passou de 26,9% para 26,5%, enquanto a parcela das que a avaliam como fraca foi de 7,6% para 3,9%.

Na avaliação da produção nos três meses seguintes, as

expectativas ficaram menos otimistas. O indicador caiu pelo terceiro mês consecutivo, atingindo 128,5 pontos, o menor nível desde abril passado (125,2).

Das 1.170 empresas consultadas pela FGV, 38,3% preveem aumento da produção no trimestre que engloba março, abril e maio e 9,8%, piora. Em fevereiro, eram, respectivamente, 39,7% e 5,1%.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria recuou de 84,5% em fevereiro para 84,3% em março, registrando a terceira queda consecutiva.

O patamar atual está igual ao do mesmo mês do ano anterior e é o mais baixo dos últimos 13 meses - em fevereiro de 2010, havia ficado em 84,0%.

Manaus

Dólar em baixa põe em xeque custos do Polo Industrial

Câmbio reduz preço de insumos, mas fortalece concorrente importado

Por LUANA GOMES

Nem mesmo a alta de 0,12% na cotação do dólar desta quinta-feira, 31 (R\$ 1,631), disfarçou os 'fios brancos' da indústria do Amazonas. A moeda americana teve queda de 1,51% na última quarta-feira, sendo cotada a R\$ 1,629, o valor desde 27 de agosto de 2008 (R\$ 1,622).

O economista e auditor fiscal da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda), Afonso Lobo, explana que um dos principais impactos deve prevalecer na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços). "À medida que o dólar vai caindo, vai diminuindo a receita", analisou.

Por outro lado, Lobo ressalta que o dólar baixo deve facilitar a produção das empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), tendo em vista que os insumos ficam mais baratos, o que resulta no aumento da competitividade. "O custo do produto diminui, conseqüentemente, o preço final também", destacou.

Entretanto, a desvalorização é uma 'faca de dois gumes'. Segundo o presidente do Sinaees/AM (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Wilson Périco, a disputa com os produtos importados, principais concorrentes dos itens da ZFM (Zona Franca de Manaus), fica mais acirrada, já que eles tam-

bém sofrem uma redução na sua tabela de preços.

Além disso, Périco comenta que a produção amazonense precisa de componentes nacionais, os quais, por sinal, estarão mais caros devido a valorização do real. De acordo com o dirigente, nas indústrias de eletroeletrônicos, 80% dos insumos são importados, enquanto nas de duas rodas, este número é menor, em virtude da verticalização do setor.

**Moeda americana
voltou a subir na
quinta-feira, 31,
depois de ter atin-
gido, no dia ante-
rior, sua cotação
mais baixa desde
agosto de 2008:
R\$ 1,622**

O vice-presidente do Simmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Genoir Pierosan, avalia que o saldo é simples: para quem exporta, a situação é péssima, e para quem importa, mais favorável.

Ele salienta que o segmento de motocicletas e similares é voltado principalmente para o mercado interno e não deve sofrer neste sentido. "Se a gente for analisar, o polo de

duas rodas mais importa do que exporta", enfatizou.

O representante do Simmen realça que, no geral, o setor metalúrgico atende os dois processos e, na tentativa de evitar este problema, reduz as exportações e assume os prejuízos para manter os clientes. "Genericamente falando, se eu comercializo um produto por US\$ 2.000, tenho que permanecer com este preço, sendo que daqui está mais caro, então minhas receitas vão ser menores", considerou.

Reação em cadeia

O economista e professor da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), Francisco Assis Mourão, esclarece que quem exporta vende em dólar, porém, recebe em reais. Ele detalha que o sistema econômico é uma reação em cadeia e é influenciado por qualquer acontecimento.

Exemplo disso é o setor de construção civil. Por enquanto, segundo o superintendente do Sinduscon/AM (Sindicato de Construção Civil do Estado do Amazonas), Cláudio Guenka, não há qualquer sinal do fogo que parece esquentar as discussões na indústria, pois o setor não sofre impacto direto, seja positivo ou negativo, em virtude dos insumos serem fabricados na região. No entanto, se houver qualquer interferência na fabricação dos materiais de construção, o cenário muda de figura.

Relação com o PIB

Previsão para dívida líquida em 2011 sobe para 38%

Para a dívida bruta do governo federal, no geral, o BC revisou de 55,0% para 55,5% do PIB a expectativa para o fim deste ano

O chefe do Departamento Econômico do BC (Banco Central), Túlio Maciel, informou ontem que a projeção para a relação entre dívida líquida e PIB (Produto Interno Bruto) no fechamento de 2011 subiu de 37,8% para 38%. Segundo ele, a revisão se deve principalmente à menor projeção de crescimento do PIB em 2011, de 4,5% para 4%. Para março, ele prevê que a dívida líquida do setor público fique em 39,9% do PIB - mesmo patamar registrado em fevereiro.

Para a dívida bruta do governo geral (que inclui governo federal, Estados e municípios, mas não considera empresas estatais e o Banco Central), o BC revisou de 55,0% para 55,5% do PIB a expectativa para o fim de 2011.

Metas

Em entrevista, Maciel procurou transmitir confiança no cumprimento da meta de superávit das contas do setor público

O superávit até fevereiro, de R\$ 108,099 bilhões, é o melhor desde novembro de 2008. O desempenho está, no entanto, abaixo da meta

em 2011. Segundo ele, os resultados de fevereiro mostram um retorno à normalidade da trajetória de cumprimento da meta.

Para referendar essa confiança, o chefe do Departamento Econômico do BC destacou que 21,8% da meta de superávit do ano já foram feitos no primeiro bimestre. No ano passado, o quadro era outro nos dois primeiros meses do ano, quando apenas 15,2% da meta haviam sido alcançados. Em 2009, ano do impacto da crise financeira, o desempenho do primeiro bimestre era ainda pior, com 13,5% da meta atingidos. "Estamos retomando à trajetória de normalidade", disse Maciel, destacando que alguns itens das despesas do setor público estão crescendo abaixo da expansão do PIB. Ele informou que o superávit primário acumulado em 12 meses até fevereiro, de R\$ 108,099 bilhões, é o melhor desde novembro de 2008. O desempenho está, no entanto,

abaixo da meta prevista para 2011, de R\$ 117,9 bilhões.

Por isso, Maciel previu uma melhora maior do resultado nos próximos meses. Segundo ele, o governo já considera nessa trajetória de 12 meses que, em setembro, os dados vão piorar, porque será retirado da série o resultado do mesmo mês do ano passado, quando ingressaram nos cofres do governo uma receita extra de R\$ 31,9 bilhões, com a capitalização da Petrobras. "Isso já está previsto e considerado na conta", afirmou. O chefe do Departamento Econômico do BC afirmou ainda que o desempenho fiscal do setor público em fevereiro, com o maior resultado primário para o mês da série, foi "muito bom". Segundo ele, a queda em comparação com janeiro se deve à sazonalidade do período.

EMPREGO

Sine dispõe de 109 vagas diversas

Há ofertas de trabalho para o comércio varejista, indústria, ramo de alimentação e de transporte.

Oportunidades voltadas para o setor de logística, construção civil, hotelaria, gastronomia e serviços gerais são os destaques do Sistema Nacional de Emprego (Sine) Manaus que traz hoje 109 vagas em nível Médio e Fundamental.

Há 25 vagas para auxiliar de

limpeza, 25 vagas para auxiliar de linha de produção e uma para auxiliar de solda, ambos para pessoas com deficiência. Não é exigida experiência profissional.

Em área específica, há uma vaga destinada a técnico de mecânica de precisão, uma de téc-

nico em eletrônica, duas de eletricista.

No comércio são oferecidas sete vagas de vendedor, quatro de operador de caixa, duas de estoquista, uma de balconista, uma de almoxarife e uma de assistente administrativo.

No segmento de transporte

há cinco vagas para motorista de caminhão, uma para motorista de caminhão-guindaste, quatro para motorista carreteiro e duas para operador de retro-escavadeira.

Ainda há vagas para auxiliar de cozinha, cozinheiro, garçom, padeiro e churrasqueiro.



Comércio está contratando

MUTIRÃO SETRAB

A Secretaria de Estado do Trabalho (Setrab) realiza neste sábado o Mutirão do Emprego, no São José II, na Zona Leste, na Escola Estadual Ernesto Penafort, oferecendo para a comunidade mil vagas para o Primeiro Emprego, e dezenas de vagas para pedreiro, auxiliar de pedreiro e serviços gerais.

O Mutirão vai disponibilizar serviços de emissão de carteira profissional, informações sobre seguro desemprego e emissão de carteira de identidade.

Pedido de intervenção ministerial na Suframa

Deputado petista disse que no dia 5 vai pedir, oficialmente, ao MDIC que intervenha na autarquia

ARISTIDE FURTADO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Um dia depois do Ministério Público Federal (MPF) divulgar mais uma representação por improbidade administrativa contra a direção da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o deputado federal Francisco Praciano (PT) anunciou ontem que vai pedir a intervenção da autarquia.

O pedido de intervenção federal, segundo Praciano, será apresentado na terça-feira (5), ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O parlamentar disse que vai mobilizar a bancada do PT no Amazonas para encaminhar o documento ao ministro Fernando Pimentel. "A Suframa é a agência de desenvolvimento que sustenta a economia do Amazonas. São dezenas de processos por improbidade. Apenas uma parte veio à tona. Diante desses fatos vamos pedir a intervenção", disse o deputado federal.

Ontem, o MPF divulgou que entrou com um processo contra

Frase

“

Vou sugerir que haja indicação técnica para a direção da Suframa fora de cota partidária.”

Francisco Praciano
Deputado federal

superintendente da Suframa, Flávia Grosso, a diretora presidente da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), Isa Assef, e oito servidores dos dois órgãos, por improbidade administrativa. Segundo o MPF, a licitação e contratação da Fucapi para prestar serviços técnicos à Suframa causou enriquecimento ilícito, prejuízo aos cofres públicos, e violaram os princípios da administração pública.



Deputado Francisco Praciano afirma que denúncias exigem intervenção

O MPF classificou a operação de 'orgia' com o dinheiro público. Afirmou que a licitação foi direcionada. Disse que o projeto básico do contrato foi elaborado por servidores da Suframa que têm parentes que trabalham na Fucapi e que por isso, como prevê a lei de licitações, a fundação não poderia participar do processo licitatório. Apontou que um filho de Flávia Grosso atua na Fucapi. Assim como parentes do superintendente adjunto de Administração da autarquia, Plínio Pessoa da Silva, e da coordenadora geral de recursos humanos, Raimunda Pacheco.

Em outros dois processos movido pelo MPF, a Justiça Federal determinou, em fevereiro último, o bloqueio dos bens de Flávia Grosso, do presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Maurício Loureiro, do sócio da Mosaico Engenharia, Jorge Mayor Filho, e do técnico Armando Medeiros Lima. O MPF identificou irregularidades no convênio de R\$ 70 milhões para recuperação de ruas do Distrito Industrial de Manaus firmado entre a Suframa e o Cieam.

Direção nega problemas na licitação

A Suframa, por meio de nota, informou ontem que os indícios de irregularidades apontados pelo MPF não procedem. E que o próprio MPF, em um mandado de segurança anterior, se manifestou favorável à licitação que gerou o contrato com a Fucapi.

"A decisão pela Fucapi foi de acordo com as regras estabelecidas no edital, baseada em um conjunto de fatores e não em apenas um isoladamente. (...) Portanto, da documentação e das informações trazidas aos autos, não há configuração de conduta que atente contra os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico, uma vez que as regras contidas no edital estão compatíveis com a Lei", transcreveu a Suframa do parecer do MPF.

A autarquia enfatiza que, contraditoriamente, o mesmo procurador que se manifestou a favor do processo licitatório entrou com a ação de improbidade.

A Suframa disse que lamenta a divulgação de informações sem o devido comprometimento com o interesse público, que, além de causar prejuízos às famílias agredidas, podem gerar insegurança nas atividades desenvolvidas pela autarquia em toda sua área de atuação.

CADASTRO COMPARTILHADO

ZFM estará na pauta do Confaz

Divulgação

Começou ontem, no Rio de Janeiro, a reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária, o Confaz. É o primeiro encontro de secretários de fazenda estaduais em 2011 e o Amazonas está representado por Ísper Abrahim (foto). A Zona Franca de Manaus está na pauta da reunião. Será discutido um convênio entre a Suframa e os Estados para compartilhamento de cadastro e fiscalização de tributos.



Contexto

Zona Franca

O deputado federal Henrique Oliveira (PR), será o relator das matérias sobre a prorrogação da Zona Franca de Manaus na CCJ da Câmara dos Deputados. Existem dois projetos que receberão um substitutivo com a prorrogação de 50 anos anunciada por Dilma.

Terminal pesqueiro é inútil'

Com capacidade limitada em 200 toneladas, estrutura foi avaliada de forma negativa, ontem, pelo secretário Eron Bezerra, durante visita da ministra da Pesca Ideli Salvatti

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

Após cinco anos de obras e investimento de aproximadamente R\$ 14 milhões, o Terminal Pesqueiro de Manaus é considerado 'inútil' pelas autoridades competentes. A avaliação veio à tona na visita da ministra de Pesca e Aquicultura (MPA), Ideli Salvatti, à capital amazonense. Termos como 'enganação' e 'elefante branco' foram utilizados para descrever o complexo, que está pronto, mas sem data prevista para começar a operar.

De acordo com Salvatti, o MPA entende que o terminal pesqueiro é necessário em Manaus, mas que, atualmente, está emperrado por conta de uma ação judicial movida pelos donos do

terreno onde foi erguido. "A prefeitura encaminhou o projeto para a Câmara Municipal de Manaus (CMM) para repassar a administração do terminal para o MPA, mas apareceram proprietários do terreno. Enquanto tiver essa briga judicial, a casa legislativa não vota e o ministério não pode tomar nenhuma atitude", explicou.

A ministra afirmou que não pode tecer mais nenhum comentário sobre o assunto, pois a pasta não está de posse do local e não foi responsável pela construção.

Já na opinião do titular da Secretaria de Estado de Abastecimento e Produção Rural (Sepror), Eron Bezerra, o terminal pesqueiro, na verdade, nem merece receber este nome, pois sempre foi apenas um 'posto de embarque e desembarque de mercadorias'. "(O terminal

foi uma enganação. A Sepror e o governo do Estado não participam e nunca participaram disso. A ministra solicitou a minha opinião e entregamos um relatório técnico contendo nossa visão desse local", disse. Bezerra ressaltou que a capacidade do terminal é insuficiente, pois o projeto está defasado.

Conforme o secretário, a capacidade do terminal pesqueiro é de 200 toneladas, número bem inferior ao suportado em Manacapuru, que possui frigoríficos capazes de armazenar corretamente mais de 5 mil toneladas de pescado. "Esse projeto começou a ser debatido há mais de 30 anos, portanto, não reflete mais a realidade atual da cidade. Hoje, já não é mais tão importante para o setor, visto que o ponto de desembarque de pescado vai ser Manacapuru e não aqui", criticou.

Autoridades apontam riscos

Eron Bezerra alertou ainda que o terminal pesqueiro não suporta uma expansão da atual capacidade. "Aquela estrutura foi construída em cima de um lixo e eu não sei nem se suporta as 200 toneladas previstas", comentou.

Para o presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas (Fepesca), Walzenir Falcão, o Terminal Pesqueiro de Manaus só tem capacidade para armazenar dois barcos de grande porte da frota amazonense.

Ele lamentou que mais de R\$ 14 milhões tenham sido gastos no empreendimento, já que a Fepesca e o governo do Estado conseguiram ampliar um entreposto de pesca no bairro Betânia apenas com recurso de R\$ 1,4 milhão.

Terminal pesqueiro é inútil' (continuação)

Sem alternativa

O prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, afirmou que o terminal pesqueiro foi um projeto 'errado, equivocado, mal feito, surgiu lá atrás e agora é um elefante branco'.

De acordo com o prefeito, o empreendimento vai ser devolvido ao governo federal, por meio da pasta do Ministério da Pesca e Aquicultura, para ser administrado, mas, por enquanto, a gestão municipal não possui alternativa para a necessidade da capital amazonense.

"A gestão atual não tem nada a ver com isso, pois apenas intermediou recurso do Ministério da Pesca. Fizemos tudo o que podíamos para concluir e quem vai alterar não é a prefeitura. Precisamos de recurso, um projeto verdadeiro que atenda a demanda, o que exige muita tecnologia e dinheiro", acrescentou, ao culpar a administração anterior por um terminal deficiente.

Amazonas terá quatro polos de pescada no interior

Além das discussões em torno do terminal pesqueiro, a visita da ministra Ideli Salvatti trouxe boas notícias para o setor no Amazonas. Em reunião com o governador Omar Aziz e demais autoridades do segmento, ela anunciou que pretende instalar no Amazonas quatro polos da cadeia produtiva de pescada. Purus, Manacapuru, Solimões e Parintins foram as localidades escolhidas e estes centros de produção e envaseamento de peixes deverá ter recurso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com a ministra, o tempo de implantação dos polos vai depender de cada localidade e de suas especificidades. "É muito importante deixar claro que vai ter dinheiro para esses projetos. Além disso, precisamos trazer a um preço mais barato os principais ingredientes da ração que são a soja e o milho", apontou.

Omar Aziz comemorou a iniciativa e declarou que o mais importante disso tudo é a geração de emprego e renda no Estado. "A ministra está disposta a fazer os quatro polos no Amazonas, desde a alevinação com os tanques, ração e industrialização de pescada", comentou.

Estações de Alevinagem

O secretário Eron Bezerra não apenas teceu críticas ao terminal pesqueiro da capital amazonense, mas também apresentou novidades para o setor. Segundo ele,

14 estações de alevinagem serão colocadas em funcionamento até o meio deste ano. De acordo com Bezerra, as unidades de Manaus, Iranduba, Manicoré e Carauari já foram entregues pelo governo do Estado.

Além disso, três grandes empreendimentos nessa área serão inaugurados. São eles duas indústrias de "bacalhau da Amazônia", prevista para junho em Maraã e dezembro para Fonte Boa. Eron Bezerra ressaltou que os empreendi-

mentos foram frutos de parcerias com o Ministério da Integração, Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com convênios que totalizam R\$ 100 milhões.

Condutores de rotas do DI pedem reajuste de 10%

Assembleia da categoria acontece na manhã de hoje para discutir, além de aumento salarial, plano de saúde e melhores condições de trabalho

ALYNE ARAÚJO
Equipe do EM TEMPO
alynearaujo@emtempo.com.br

Reajuste salarial de aproximadamente 10%, equiparação dos salários, plano

de saúde e melhorias nas condições de trabalho serão questões discutidas hoje durante assembleia realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Especiais (SindEspecial Manaus).

De acordo com o secretário-geral do sindicato, Gilberto Lima, além do aumento das remunerações, reivindicase um piso igual para condutores de veículos leves (vans) e automóveis médios (micro-ônibus). Hoje, o piso

dos motoristas de vans é R\$ 746 e dos micros de R\$ 925. Já os trabalhadores de veículos pesados recebem R\$ 1,3 mil. "São profissionais que estão aptos e têm habilitação para dirigir qualquer tipo de transporte, daí a importân-

cia da igualdade salarial", comentou.

Ainda segundo o representante dos trabalhadores, a primeira assembleia antecede a data-base da categoria, marcada para o dia 1º de junho. "Por isso realizamos esse encontro 60 dias antes dessa data, para que os empresários tenham tempo de analisar nossas propostas

das, a categoria ameaça a paralisação dos serviços por tempo indeterminado. "Isso pode prejudicar até mesmo o ritmo do Polo Industrial de Manaus (PIM), pois nós trabalhamos, principalmente, com o transporte dos trabalhadores das fábricas do local", enfatizou. "Para que isso não aconteça, estamos esperando as negociações com os empresários do nosso segmento", acrescentou.

Além do reajuste salarial e das melhorias nas condições de trabalho, os trabalhadores solicitam também plano de saúde e aumento no valor da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 140.

O sindicato possui aproximadamente 1,5 mil membros. A assembleia acontece hoje, a partir das 8h30, na área de lazer do complexo do Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), localizado na avenida Autaz Mirim, próximo à bola do Produtor, no bairro Jorge Teixeira. A equipe do EM TEMPO tentou entrar em contato com representantes do Sindicato das Empresas de Transportes Especiais do Amazonas, entretanto não obteve sucesso.

Trabalhadores de transportes especiais reivindicam aumento no valor da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 140

e começamos as negociações", afirmou.

Ao fim da assembleia, o sindicato vai encaminhar minuta ao representante das empresas. A partir de hoje, os trabalhadores começam a esperar o contato e a contraproposta dos empresários.

Caso as reivindicações solicitadas não sejam atendi-

Amazonas discute incentivos no Confaz

No Rio de Janeiro, Sefaz-AM apoia cobrança do imposto sobre compras pela internet e estuda desoneração no serviço de banda larga

Secretários de Fazenda de todo o Brasil debatem, hoje, no Rio de Janeiro, temas relativos à implementação de benefícios fiscais durante a primeira reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em 2011. Representado pelo secretário-executivo Thomaz Nogueira, o Amazonas vai defender cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para comércio eletrônico e possibilidade de incentivo para internet banda larga.

Um sistema novo de tributação sobre compras pela web, em vigor na Bahia, Ceará e Mato Grosso, desperta o interesse do Estado. Nele, a cobrança de ICMS fica dividida entre os Estados de origem e de destino. "É um dos assuntos relevantes para o Estado, mas vamos esperar os desdobramentos. Também perdemos com isso e há necessidade de maior controle", destacou o secretário-executivo Thomaz Nogueira.

Outra discussão importante diz respeito à adesão dos Estados à proposta de desoneração dos serviços de internet banda larga da cobrança de ICMS. O objetivo, segundo o presidente do Confaz e secretário de Fazen-

da da Bahia, Carlos Marques, é baixar o preço da tarifa de assinatura do serviço. Oficialmente, o Amazonas não se posicionou a respeito, mas possui um plano de expansão para o interior que deve ser beneficentemente afetado.

O secretário de Fazenda do Amazonas, Isper Abraham,

disse acreditar que as definições não saiam na reunião de hoje. "Hoje (ontem), por exemplo, foi o primeiro dia de encontro, mas como as secretarias passaram por mudanças, com novas pessoas empossadas, a discussão deve ficar mesmo para amanhã (hoje)", disse. "Mes-

mo assim, acredito que será apenas o primeiro passo. As definições vão ficar para os encontros seguintes", completou. As decisões do Confaz só são aprovadas diante de decisão unânime.

Outras propostas

Dentro da pauta também

do Confaz está também a criação de um convênio de cooperação técnica entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e as demais unidades federativas. O objetivo é o compartilhamento de cadastro e da fiscalização de tributo estadual.

CONTRATO FUCAPI

Suframa se explica e deputado pede intervenção

AMAZONAS3 | A

Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) disse que o Ministério Público Federal foi favorável à contratação da Fucapi, que hoje denuncia. O deputado federal Francisco Praciano quer intervenção na autarquia.

Suframa contesta acusações do MPF

AUTARQUIA DIZ, EM NOTA, QUE ALVO DE AÇÃO JÁ FOI CONTESTADO, SEM QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO VISSE IRREGULARIDADE

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) informou ontem, em nota à imprensa, que o Ministério Público Federal (MPF) emitiu parecer favorável à licitação que selecionou a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi). A Suframa não informa, na nota, o número da licitação nem diz a que ano ela se refere, mas declara que o processo licitatório é o mesmo que foi alvo de uma ação de improbidade administrativa do MPF divulgada na última quarta-feira.

Na ação, o MPF chama de "orgia" com o dinheiro público o contrato da Suframa com a Fucapi para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da autarquia. A fundação mantém contratos com a Suframa desde 1982, quando foi criada, por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e do Grupo Executivo Intermunicipal de Componentes e Materiais (Geicom), ligado ao governo federal. Desde 2004, foram pagos à Fucapi R\$ 416.586.460,92.

Ontem, a Suframa informou que, à época da licitação, o objeto da ação de improbidade administrativa "foi apreciado definitivamente no Mandado de Segurança nº 2008.32.00.002465-0 pela Justiça Federal". Na ocasião, informou a Suframa, o MPF/AM pronunciou-se favorável à licitação, concluindo que: "A decisão pela Fucapi foi de acordo com as regras estabelecidas no edital, baseada em um conjunto de fatores e não em apenas um isoladamente. (...) Portanto, a documentação e das informações trazidas nos autos, não há configuração de conduta que atenta contra os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico, uma vez que as regras contidas no edital estão compatíveis com a lei", citou a nota da superintendência.

O órgão seguiu dizendo que em linha de concordância com o MPF, a Justiça Federal julgou



procedente o processo licitatório e citando que: "(...) de fato, nada de irregular foi verificado no procedimento licitatório questionado, tendo sido declarada vencedora a empresa que cumpriu todas as condições do edital".

A Suframa concluiu informando que considerava inusitado "que o mesmo membro do MPF (não citou nomes) que se manifestou pela legalidade da licitação, contraditoriamente, propôs a mencionada ação de improbidade".

Em seguida, a superintendên-

cia finaliza a nota declarando que os indícios de irregularidade e direcionamento do certame à Fucapi divulgados pelo MPF na última quarta-feira não procedem. E o órgão se respalda afirmando que a Suframa só deu prosseguimento à contratação mediante manifestação favorável da Justiça Federal e do próprio Ministério Público Federal, "após comprovação da inexistência de falhas no processo licitatório".

A Superintendência da Zona Franca de Manaus finaliza a nota

dizendo que lamentava a divulgação "de informações "sem o devido comprometimento com o interesse público".

Segundo a Suframa, ações como essa (referindo-se à divulgação da ação de improbidade do MPF) podem gerar insegurança nas atividades desenvolvidas pela autarquia em toda sua área de atuação, além de "causarem confusão na consciência da sociedade, pessoas e famílias cuja honra esteja sendo agredida", diz a nota da Suframa.

Acusações

Na semana passada, o MPF processou dirigentes e servidores da Suframa e da Fucapi por improbidade administrativa, após ter identificado atos de improbidade no contrato de prestação de serviços entre as duas instituições, "que causaram enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentaram contra os princípios da administração pública, tendo em vista o direcionamento da licitação para a fundação".

Entre os servidores que participaram da elaboração do projeto estão o superintendente adjunto de Administração da Suframa, Plínio Ivan Pessoa da Silva, e a coordenadora-geral de Recursos Humanos, Raimunda Inacema de Castro Pacheco, que têm parentes na Fucapi. A superintendente da Suframa, Flávia Strobot Barbosa Grosso, também tem um filho que trabalha na fundação desde 2001, diz a ação do MPF.

No mesmo processo, o MPF também pediu o bloqueio dos bens dos dirigentes da Suframa, que foi atendido pela Justiça Federal em função da suspeita de desvio de recursos públicos no valor de R\$ 3.785.699,03.

O DIÁRIO tentou entrar em contato com o procurador-chefe do MPF, Thales Messias Pires, mas não obteve sucesso.

Fale com o editor: redacao@diarioem.com.br

Praciano pedirá intervenção na autarquia

O deputado federal Francisco Praciano (PT/AM), que na próxima terça-feira será eleito coordenador da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção no Congresso Nacional, informou, ontem, que vai pedir ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (PT), intervenção na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em função dos escândalos envolvendo a administração da autarquia.

A decisão de Praciano foi tomada ontem, após a divulgação da ação

do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF) que acusa o contrato da Suframa com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), que envolve, desde 2004, R\$ 416.586.460,92, de ser uma "orgia" com o dinheiro público.

Praciano disse que já ligou para o gabinete do ministro Pimentel para marcar uma audiência para a próxima semana. "Antes de tudo, quero dizer que não tenho cargos no governo e não pretendo indicar ninguém", disse ele, que defende que a administração da Suframa

não seja incluída em cotas partidárias nem do PT nem do PMDB. "Defendo uma administração vigilante, competente, moderna e com autoridade, indicada pelo próprio governo federal", disse.

Para o deputado, a Suframa deixou de ser um órgão que gerencia o único modelo de desenvolvimento econômico do Amazonas para se transformar no que ele chamou de "agência de despacho", de entrada e saída de mercadorias, diminuindo os índices de nacionalização, aumentando

importações, aprovando Processos Produtivos Básicos (PPB) "sem muitos critérios" e que acabam prejudicando empresas tradicionais do Polo Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com ele, a administração da Suframa não considera que a autarquia é uma agência de desenvolvimento que não pode abrir, com escândalos de corrupção, flancos para os adversários do modelo ZFM, que, lembrou, acaba de obter o apoio da presidente da República, Dilma Rousseff, para permanecer por mais 50 anos.

Deputado pede explicações sobre desvio

JOSÉ RICARDO APRESENTOU NA ALE REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO PARA REPRESENTANTES DA MURAKI E DA UEA

O deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) informou que apresentou ontem, na Assembleia Legislativa do Estado (ALE), requerimento convocando os representantes da Fundação Muraki e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) para explicar suposto esquema de desvios de recursos públicos, que totalizam cerca de R\$ 50 milhões.

Segundo a Polícia Federal (PF), o desvio ocorria através de contratos publicitários envolvendo as duas instituições, as empresas Jobast Produções Cinematográficas e o Sistema de Comunicação Sol, essa última suspeita de funcionar apenas "de fachada".

Na quarta-feira (30), a PF deflagrou a "Operação Sol Dourado", para cumprir seis mandados de busca e apreensão nos escritórios da Jobast, da Fundação Muraki e do Sistema de Comunicação Sol. Desses locais, foram apreendidas 18 notas fiscais, que podem ter sido usadas para "esquentar" a contabilidade da Jobast, empresa que tem como principal cliente o governo do Estado.

"A princípio, estamos convocando esses representantes para esclarecerem essas denúncias. Se a Polícia Federal fez apreensões, é porque já



O deputado estadual José Ricardo disse que pode propor a abertura de uma CPI na Assembleia para apurar a suspeita de desvio de verba / Foto: Arlesson Sicsú/26/10/10

existe uma investigação com indícios de irregularidades. E, caso não haja um esclarecimento satisfatório, esta Casa deve fazer uma investigação, por meio de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que tem instrumentos necessários para esclarecer esses fatos".

O deputado também citou outros dois casos que, segundo ele, precisam de investigação e ações efetivas e de fiscalização por parte do poder público: R\$ 80 milhões possivelmente desviados por 15 construtoras da

cidade, devido a pendências relacionadas à compra e venda de imóveis, resultando na deflagração da "Operação Pirâmide", da Delegacia da Receita Federal; e suspeita de má aplicação de recursos públicos, por conta de contratos entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação (Fucapi).

"Não podemos ficar omissos diante de três grandes casos de desvio de recursos públicos. É dinheiro que sempre falta para aplicar na educação, na saúde e

na segurança pública, por exemplo", declarou o deputado.

Muraki

Em nota divulgada ontem, a Fundação de Apoio Institucional Muraki informou que a relação da entidade com a investigação da PF "é tão somente por ser a Fundação de apoio aos projetos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), conforme preveem a Lei Estadual 2579/99 e a Lei Federal 8958/94".

Segundo a nota, a investiga-

ção trata dos projetos -Aprovar e Proformar-, executados pela UEA e administrados pela Muraki. A agência de publicidade Jobast, de acordo com a nota, foi contratada para produzir as aulas transmitidas à distância a todos os municípios do interior do Estado.

A fundação informa ainda, na nota, que a contratação da Jobast para gravação e produção das aulas pará os referidos projetos foi feita por licitação, com processo conduzido pela Comissão Geral de Licitação (CGL) do governo do Estado do Amazonas. A Muraki, diz a nota, atuou apenas na gestão dos projetos, nos seus aspectos administrativos, contábeis e logísticos.

A nota diz ainda que a Muraki desconhece se havia subcontratação dos serviços, por parte da Jobast. Segundo a fundação, todos os serviços para os quais a Jobast foi contratada foram entregues e atestados pela equipe técnica da UEA.

A Muraki informou ainda que forneceu à Polícia Federal todos os documentos solicitados e está prestando todas as informações necessárias à apuração dos fatos.

A Jobast informou que não se pronunciaria sobre o assunto.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br